Aspectos epidemiológicos das intoxicações exógenas em crianças no estado de Sergipe entre 2010 e 2017

As intoxicações exógenas são acidentes comuns na infância e podem ser definidas como um conjunto de sinais e sintomas tóxicos ou apenas bioquímicos provocados pela interação de um agente químico com o sistema biológico. Na infância, são um fator importante no agravamento de saúde pública com alta morbidade e nos custos hospitalares. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), um por cento da população aproximadamente é intoxicada por ano e no Brasil corresponde a 4.800.000 casos novos. As crianças, principalmente menores que cinco anos, são o grupo mais suscetível visto que são curiosas e isso facilita a exposição aos produtos tóxicos. Estudos epidemiológicos contribuem para uma elaboração de planos de prevenção mais eficazes. Traçar o perfil epidemiológico dos casos de intoxicações exógenas em crianças na faixa etária de um a nove anos registrados em Sergipe no período de 2010 a 2017. Trata-se de um estudo transversal, retrospectivo, com abordagem quantitativa, a partir de dados registrados no Sistema de Informação de Agravos e Notificação (SINAN) referente às crianças de um a nove anos que sofreram intoxicações exógenas no período de 2010 a 2017 em Sergipe. No período entre 2010 a 2017, foram registrados 774 casos de intoxicações exógenas em crianças de um a nove anos no Estado de Sergipe. Em relação às características epidemiológicas, a maior incidência ocorreu no sexo masculino, com 431 casos (55,7%). A faixa etária de um a quatro anos de idade foi a mais acometida, com 586 casos (75,7%) do total. Entre os principais agentes tóxicos causadores, constatou-se uma maior incidência de intoxicação por medicamentos (39,5%) seguido por produtos de uso domiciliar (21,7%). A circunstância da intoxicação de forma acidental foi a mais predominante (77,4%). No desfecho dos casos, a maioria evoluiu para a cura sem sequelas (88,1%). Diante do exposto, observa-se que as intoxicações exógenas são uma grande preocupação de saúde pública, principalmente em crianças menores de cinco anos já que são as mais acometidas. Os dados apresentados justificam a importância de se incluir as intoxicações exógenas dentro das ações da Secretaria de vigilância em saúde. Algumas medidas para minimizar a alta incidência podem ser atividades informativas voltadas para a educação em saúde, bem como uma maior fiscalização a respeito de embalagens de medicamentos e produtos de uso domiciliar que possuam substâncias químicas tóxicas à saúde.

Palavras-chave: Criança; Envenenamento; Epidemiologia.

Epidemiological aspects of exogenous poisoning in children in the state of Sergipe between 2010 and 2017

Exogenous intoxications are common accidents in childhood and can be defined as a set of toxic or only biochemical signs and symptoms caused by the interaction of a chemical agent with the biological system. In childhood, they are an important factor in public health problems with high morbidity and hospital costs. According to the World Health Organization (WHO), approximately one percent of the population is intoxicated per year and in Brazil corresponds to 4,800,000 new cases. Children, especially under the age of five, are the most susceptible group as they are curious and this facilitates exposure to toxic products. Epidemiological studies contribute to the elaboration of more effective prevention plans. To trace the epidemiological profile of cases of exogenous poisoning in children aged between one and nine years registered in Sergipe from 2010 to 2017. This is a cross-sectional, retrospective study with a quantitative approach, from data recorded in the Diseases Information and Notification System (SINAN) referring to children from one to nine years old who suffered exogenous intoxications in the period from 2010 to 2017 in Sergipe. In the period from 2010 to 2017, 774 cases of exogenous poisoning were registered in children aged one to nine years in the State of Sergipe. Regarding epidemiological characteristics, the highest incidence occurred in males, with 431 cases (55.7%). The age group of one to four years of age was the most affected, with 586 cases (75.7%) of the total. Among the main toxic causative agents, there was a higher incidence of intoxication by drugs (39.5%) followed by products for home use (21.7%). The circumstance of accidental intoxication was the most prevalent (77.4%). In the outcome of the cases, the majority evolved to cure without sequelae (88.1%). Given the above, it is observed that exogenous intoxications are a major public health concern, especially in children under five years old as they are the most affected. The data presented justify the importance of including exogenous intoxications within the actions of the Health Surveillance Secretariat. Some measures to minimize the high incidence may be informative activities aimed at health education, as well as greater inspection regarding packaging of medicines and products for home use that contain chemicals that are toxic to health.

Keywords: Child; Poisoning; Epidemiology.

Topic: **Pediatria e Saúde da Criança e do Adolescente**

Received: **09/06/2020**

Approved: **15/08/2020**

Reviewed anonymously in the process of blind peer.

Ingrid de Souza Silva

Universidade Tiradentes, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/2381144999468932>

<http://orcid.org/0000-0002-7159-3419>

ingrid1302souza@gmail.com

Halley Ferraro Oliveira

Universidade Tiradentes, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/3430967306367115>

<http://orcid.org/0000-0003-0123-7395>

halleyoliveira62@gmail.com

Ana Celia Goes Melo Soares

Universidade Tiradentes, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/9458381851303158>

<http://orcid.org/0000-0001-7993-7784>

anaceliagoes@hotmail.com

DOI: 10.6008/CBPC2236-9600.2020.003.0006

Referencing this:

SILVA, I. S.; OLIVEIRA, H. F.; SOARES, A. C. G. M.. Aspectos epidemiológicos das intoxicações exógenas em crianças no estado de Sergipe entre 2010 e 2017. *Scire Salutis*, v.10, n.3, p.51-57, 2020. DOI: <http://doi.org/10.6008/CBPC2236-9600.2020.003.0006>

INTRODUÇÃO

As intoxicações exógenas são acidentes comuns na infância e podem ser definidas como um conjunto de sinais e sintomas tóxicos ou apenas bioquímicos provocados pela interação de um agente químico com o sistema biológico, ou seja, um desequilíbrio orgânico ou estado patológico que resulta da exposição a substâncias químicas disponíveis no próprio ambiente, como plantas, agrotóxicos, medicamentos e produtos de uso domiciliar (TAVARES et al., 2013).

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), um por cento da população aproximadamente é intoxicada por ano e no Brasil corresponde a 4.800.000 casos novos (JESUS et al., 2012). O grupo de maior risco para intoxicações são as crianças, justificado pelo comportamento curioso e exploratório: de acordo com a idade, as crianças levam tudo o que encontram à boca, o que aumenta sua exposição aos agentes tóxicos (DOMINGOS et al., 2016).

Uma das principais causas de atendimento de emergência pediátrica são as intoxicações não intencionais, com vítimas expostas na maioria dos casos a medicamentos por via oral, sendo que a maioria acontece na própria residência, demonstrando que a presença dos pais nem sempre configura um fator protetor para a não ocorrência. Outro elemento relevante é que tais acidentes são mais frequentes nas famílias com número superior a 3 filhos e de pais com baixo nível educacional e de baixa renda. Observa-se que as intoxicações acidentais, típicas da faixa pediátrica, diminuem no decorrer do desenvolvimento, com a evolução emocional e cognitiva (OLIVEIRA et al., 2014).

Na região Nordeste, dados do Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (Sinitox), referentes ao ano de 2017, apontaram a ocorrência de 9222 casos de intoxicação, sendo 943 casos na faixa etária de 1 a 9 anos (FIOCRUZ, 2017). Considerando a vulnerabilidade das crianças à exposição de diferentes substâncias, o presente artigo objetiva descrever aspectos epidemiológicos das intoxicações exógenas na faixa pediátrica e assim contribuir para uma elaboração de planos de prevenção mais eficazes.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo transversal, retrospectivo, descritivo, com abordagem quantitativa, referente aos aspectos epidemiológicos das intoxicações exógenas em crianças de um a nove anos em Sergipe durante o período de 2010 a 2017. Foi utilizado como fonte de dados o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), considerando todos os casos de intoxicação exógena notificados de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2017 em Sergipe.

Foram analisados todos os casos de intoxicação exógena notificados, independente se a intoxicação era suspeita ou confirmada. As variáveis avaliadas foram: sexo, idade, agente tóxico, circunstância, critério de confirmação e classificação final da intoxicação. Foram excluídos da análise os dados com característica ignorada ou em branco.

Os resultados foram lançados em banco de dados, do programa Microsoft Office Excel 2013 e analisados por meio de estatística simples e/ou porcentagem. Posteriormente foram apresentados na forma

de gráficos e discutido através da literatura utilizada como subsidio na pesquisa. Pelo fato desse estudo utilizar dados secundários do banco de dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação¹, foi dispensada a submissão ao comitê de ética em pesquisa.

RESULTADOS

Na tabela 1 está apresentada a distribuição do número de casos de intoxicações exógenas em crianças de 1 a 9 anos, no período de 2010 a 2017, no estado de Sergipe. Nesse intervalo, foram notificados 774 casos de intoxicações exógenas em crianças na faixa etária acima especificada.

Tabela 1: Distribuição dos casos segundo o ano de notificação (Aracaju, 2020).

Ano	Número de casos
2010	27
2011	84
2012	135
2013	121
2014	121
2015	62
2016	103
2017	121

A distribuição dos casos de intoxicação de acordo com a faixa etária estratificada e o gênero está apresentada na tabela 2. Depreende-se que, no que diz respeito ao gênero, a maior incidência ocorreu no sexo masculino, com 431 casos (aproximadamente 55,7%). Observa-se que a faixa etária mais acometida foi de 1 a 4 anos, com 586 casos (75,7%).

Tabela 2: Distribuição dos casos segundo o gênero e a faixa etária (Aracaju, 2020).

Faixa Etária	Masculino	Feminino
1-4 anos	338	248
5-9 anos	93	95

Na distribuição anual de casos, evidenciou-se 27 casos em 2010. No ano seguinte, contabilizou-se 84 notificações, o que representa um aumento no percentual. Em 2012 foram 135 casos. Observou-se 121 registros no ano de 2013 e em 2014 o mesmo número de notificações de 2013 foi encontrado. O percentual diminuiu em 2015, com 62 casos. Os índices retomaram uma linha crescente em 2016, com um total de 103 registros e, em 2017, chegou-se à conclusão que houve um aumento nas notificações das intoxicações exógenas em relação ao ano de 2016, mas que foi o mesmo resultado de 2013 e 2014, com 121 casos (15,6% dos relatos). Depreende-se, então, que a crescente evolução anual revelou um aumento de 448% na comparação entre 2010 e 2017, exceto pelo ano de 2015, que apresentou uma queda em relação ao ano de 2010.

Grande parte dos acidentes de acordo com o parâmetro zona de residência foram em zona urbana (79,84 %), seguido pela zona rural (12,79%). As intoxicações por faixa etária segundo o agente tóxico estão representadas na tabela 3. Entre os agentes tóxicos envolvidos, houve uma predominância dos medicamentos, com 305 casos (39,4%), seguido de produtos de uso domiciliar, que chegou a 168 casos

¹ Disponível em <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sinannet/cnv/Intoxse.def>.

(21,7%), que muitas vezes são guardados ao alcance das crianças.

Tabela 3: Distribuição dos casos segundo principais agentes tóxicos e a faixa etária (Aracaju, 2020).

Faixa Etária	Prod. Uso Domiciliar	Medicamentos
1-4 anos	150	205
5-9 anos	18	105

Em relação à circunstância do acidente, descrita na tabela 4, verificou-se que a maioria dos atendimentos ocorreram por ingestão acidental, totalizando 599 casos (aproximadamente 77,4%), sendo que 80% destes aconteceram em crianças na faixa etária de 1 a 4 anos e, em segundo, contabilizaram-se 41 casos (5,3%) pelo simples uso terapêutico.

Tabela 4: Distribuição dos casos segundo a circunstância da intoxicação (Aracaju, 2020).

Circunstância	Total
Uso Terapêutico	41
Ingestão Acidental	599

Quando avaliado o critério de confirmação, depreendeu-se que 518 (66,9%) notificações foram confirmadas por critério clínico-epidemiológico e 172 (22,2%) notificações utilizaram apenas o critério clínico. Na evolução dos casos, concluiu-se que 682 (88,1%) evoluíram para a cura sem sequelas e 4 crianças entre 1 e 4 anos foram curadas com sequelas. De um total de 774 casos, 6 tiveram o óbito como desfecho (dados registrados na tabela 5).

Tabela 5: Distribuição dos casos segundo a evolução (Aracaju, 2020).

Evolução	Total
Óbito	6
Cura com sequela	4
Cura sem sequela	682

DISCUSSÃO

Foram contabilizadas 774 notificações de intoxicações exógenas ocorridas em crianças de 1 a 9 anos no período de 2010 a 2017, o que equivale a uma média de aproximadamente 100 casos por ano. Em seu estudo, Brito et al. (2015) contabilizou 45 prontos atendimentos em virtude de intoxicação domiciliar ocorridos entre crianças, adolescentes e jovens durante o período de um ano, evidenciando um número significativo de atendimento por intoxicações acidentais na população infanto-juvenil. Comparando os resultados encontrados com o deste presente estudo, nota-se que é um número considerável de intoxicações na faixa infanto-juvenil, que demonstra a necessidade de medidas preventivas, uma vez que a maioria dos eventos são previsíveis e podem ser prevenidos Brito et al. (2015).

Dos 774 casos estudados, 431 ocorreram no sexo masculino, o que corrobora com dados da literatura nacional sobre a maior exposição de meninos a agentes desencadeantes de intoxicação. Segundo a OMS, os meninos sofrem intoxicação com maior frequência do que as meninas, em todas as regiões do mundo, provavelmente devido a diferenças na socialização. De acordo com Domingos et al. (2016), sabe-se que a sociedade tende a permitir que as famílias eduquem os meninos sob menor vigilância, de tal modo que eles realizem atividades com menor supervisão direta dos adultos e adquiram liberdade mais precocemente

quando comparados às meninas. Soma-se a isso o fato de os meninos serem mais dispostos e possuem maior avidez pela exploração, além de optarem por brincadeiras mais arriscadas.

Na tabela 4 foi demonstrado que a maioria das intoxicações ocorreu na faixa etária de um a quatro anos. Baseado no estudo de Domingos et al. (2016), tem-se evidenciado que as intoxicações acontecem mais frequentemente em crianças menores de cinco anos. Este achado pode ser justificado pelo fato de que, durante essa fase do desenvolvimento, é inerente ao comportamento infantil a curiosidade pelo novo, por cores atrativas, cheiros e formas, e uma das maneiras adotadas para o conhecimento nessa fase é o de levar tudo à boca. Adiciona-se a isso o descuido por parte de alguns adultos para com os produtos que ficam ao alcance das crianças.

Na avaliação da distribuição anual de casos, observou-se um aumento de 448% no número de casos na comparação entre o ano de 2010 e 2015. Em 2017, Ramos et al. (2017) encontrou dados semelhantes, onde a evolução anual mostrou que o acréscimo no número de intoxicações notificadas foi gradual no período estudado e revelou aumento de 300% na comparação entre 2010 e 2015. Apesar da redução dos acidentes tóxicos observado entre os anos de 2014 e 2015, depreende-se que o período estudado se caracterizou pelo aumento no número de relatos. Ao cruzar as informações de ambos os estudos, chega-se à conclusão que as medidas de prevenção adotadas pelas políticas de saúde e redes de apoio não estão sendo eficazes no combate aos episódios de intoxicação infantil, possibilitando que pais e prováveis vítimas continuem dentro de ambientes suscetíveis a essas ocorrências.

Ocupando o primeiro lugar nas estatísticas do Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (SINITOX) desde 1994, os medicamentos figuram como principal agente causados das intoxicações agudas no Brasil (SILVA et al., 2018). Os medicamentos foram os principais agentes envolvidos nos episódios de intoxicação em crianças de 1 a 9 anos em Sergipe, que respondeu por aproximadamente 40% dos casos. Isso se deve, principalmente, à cultura de automedicação, falta de compreensão acerca de como calcular a dose e medicar a criança e, também, ao descompromisso com armazenamento dessas medicações, o que favorece um ambiente totalmente propício para esse tipo de acidente (SILVA et al., 2017).

Respondendo por aproximadamente 21% das notificações, os produtos de uso domiciliar foram o segundo agente tóxico mais frequente nesse estudo. Na análise do perfil epidemiológico dos casos de intoxicações exógenas em crianças de um a nove anos, no estado de Pernambuco em 2015, os produtos de uso domiciliar também ocuparam o segundo lugar na lista de agente tóxicos. As principais justificativas são, assim como no caso dos medicamentos, o armazenamento incorreto, que se soma a possíveis descuidos na supervisão dos pais. Ambientes pouco organizados e família com muitos filhos criam situações ideais para que essas intoxicações ocorram (SILVA et al., 2017). Em outra pesquisa realizada no município de São Paulo (SP), em 2007, constatou-se que no domicílio existia fácil acesso às diversas substâncias, como medicamentos (79,8%) e materiais de limpeza (86,1%). Também foi verificado que seu armazenamento estava inadequado em 80% dos casos (WAKSMAN et al., 2014).

De acordo com um estudo realizado em Barra do Garças, município de Mato Grosso, quanto à circunstância, o maior número de casos registrados foi de intoxicações acidentais, sendo que

aproximadamente 80% destas foram notificadas em crianças de 0 a 4 anos (OLIVEIRA et al., 2014). O resultado encontrado neste trabalho se assemelha aos resultados obtidos no atual estudo, onde aproximadamente 80% das ocorrências de intoxicação exógena foram ocasionadas por ingestão acidental. Isso pode dever-se ao fato de que as crianças possuem o impulso de curiosidade inerente ao comportamento dessa fase, além de não possuírem maturidade suficiente para identificar os riscos advindos de determinadas escolhas (SILVA et al., 2017). Assim, a grande maioria dos casos poderia ser evitada.

Foi observado que pouco casos evoluíram ao óbito e aproximadamente 88% dos casos obteve como desfecho a cura sem sequelas. Isso pode ser explicado, provavelmente, pela agilidade no atendimento a essas crianças e pelo quadro clínico que não cursou com maior gravidade. Na literatura a cura sem sequelas representou o tipo de evolução das intoxicações mais frequentes, com 95,8% e 80% do total de casos, respectivamente. Esse percentual evidencia de forma geral que os atendimentos hospitalares estão correspondendo as ocorrências adequadamente, mesmo sem serviço especializado (RAMOS et al., 2017).

Apenas na faixa etária de 1 a 4 anos foram constatados casos que evoluíram para a cura com sequelas, o que pode ser conjecturado que, nessa realidade, as crianças não possuem desenvoltura para reconhecer precocemente situações perigosas e a demora para que os pais tomem ciência do ocorrido pode atrasar o tempo para assistência médica e assim contribuir para um maior índice de sequelas. Embora sequelas tenham sido pouco frequentes, esta condição não diminui a importância do controle e prevenção das intoxicações (RAMOS et al., 2017).

CONCLUSÕES

Diante da análise dos dados epidemiológicos dos casos de intoxicações exógenas em crianças de 1 a 9 anos no estado de Sergipe, pode-se concluir que, mesmo com a maioria das notificações evoluindo para a cura sem sequelas, as intoxicações exógenas continuam sendo uma grande preocupação de saúde pública, principalmente em crianças menores de 1 a 4 anos, já que são as mais acometidas. Dessa forma, mostra-se a necessidade de conscientização dos responsáveis para que intensifiquem a supervisão e o cuidados com as crianças, em especial na faixa etária mais acometida, que está em pleno desenvolvimento cognitivo e motor e experimenta o aumento do desejo por explorar o ambiente e a intensa curiosidade, característica próprias da fase que facilitam a ocorrência dos acidentes.

Os dados apresentados justificam a importância de se incluir as intoxicações exógenas dentro das ações da Secretaria de vigilância em saúde. Apesar de algumas indústrias adotarem medidas de segurança para embalagens de medicamentos e produtos químicos, ainda há necessidade de maior ênfase em medidas de prevenção. Algumas soluções para minimizar a alta incidência podem ser atividades informativas voltadas para a educação em saúde como também uma maior fiscalização a respeito da embalagem de medicamentos e produtos de uso domiciliar que possuem substâncias químicas tóxicas à saúde.

As campanhas de conscientização em creches, escolas e unidades básicas de saúde também são de suma importância no processo de prevenção. Nesse contexto, o profissional de saúde é figura crucial, desempenhando o papel de educador e fiscalizador e contribuindo, junto com os responsáveis pela criança,

para que os índices de notificações em intoxicação aguda entrem em constante queda. Por esse motivo, a atenção dos responsáveis nessa faixa etária deve ser redobrada, além de cuidados com o ambiente onde a criança convive, no intuito de diminuir os riscos para intoxicação.

REFERÊNCIAS

BRITO, J. G.; MARTINS, C. B. D. G.. Intoxicação accidental na população infanto-juvenil em ambiente domiciliar: perfil dos atendimentos de emergência. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v.49, n.3, p.372-379, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0080-623420150000300003>

DOMINGOS, S. M.; BORGHESEAN, N. B. A.; MERINO, M. D. F. G. L.; HIGARASHI, I. H.. Internações por intoxicação de crianças de zero a 14 anos em hospital de ensino no Sul do Brasil, 2006-2011. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v.25, p.343-350, 2016. DOI: <https://doi.org/10.5123/s1679-49742016000200013>

FIOCRUZ. Fundação Oswaldo Cruz. Centro de Informação Científica e Tecnológica. Sistema Nacional de Informações Tóxico Farmacológicas. **Casos Registrados de Intoxicação Humana por Agente Tóxico e Faixa Etária**. Região Nordeste. Tabela 5. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2017.

JESUS, H. S. D.; BELTRÃO, H. D. B. M.; ASSIS, D. M. D.. Avaliação do sistema de vigilância das intoxicações exógenas no âmbito da saúde do trabalhador no Brasil entre 2007 e 2009. **Cadernos Saúde Coletiva**, v.20, n.4, p.515-524, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-462X2012000400016>

OLIVEIRA, F. F. S.; SUCHARA, E. A.. Perfil epidemiológico das intoxicações exógenas em crianças e adolescentes em município do Mato Grosso. **Revista Paulista de Pediatria**,

v.32, n.4, p.299-305, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.rpped.2014.06.002>

RAMOS, T. O.; COLLI, V. C.; SANCHES, A. C. S.. Indicadores epidemiológicos das intoxicações exógenas em crianças menores de 5 anos na região de Araçatuba-SP. **Rev. Inter**, v.10, n.3, p.86-100, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.22280/revintervol10ed3.308>

SILVA, A. D. D.; SANTANA, J.. **Acidentes por intoxicação exógena em crianças de um a nove anos no estado de Pernambuco no ano de 2015**. Monografia (Bacharelado em Enfermagem) – Faculdade Pernambucana de Saúde, Recife, 2017.

SILVA, T. J.; OLIVEIRA, V. B.. Intoxicação medicamentosa infantil no Paraná. **Visão Acadêmica**, v.19, n.1, 2018.

TAVARES, É. O.; BURIOLA, A. A.; SANTOS, J. A. T.; BALLANI, T. D. S. L.; OLIVEIRA, M. L. F.. Fatores associados à intoxicação infantil. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v.17, n.1, p.31-37, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-81452013000100005>

WAKSMAN, R. D.; CARRERA, R. M.; SANTOS, E.; ABRAMOVICI, S.; SCHVARTSMAN, C.. Morbidade por trauma em crianças moradoras da comunidade de Paraisópolis, São Paulo, Brasil. **Einstein**, São Paulo, v.12, n.1, p.1-5, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1679-45082014AO2434>

A CBPC – Companhia Brasileira de Produção Científica (CNPJ: 11.221.422/0001-03) detém os direitos materiais desta publicação. Os direitos referem-se à publicação do trabalho em qualquer parte do mundo, incluindo os direitos às renovações, expansões e disseminações da contribuição, bem como outros direitos subsidiários. Todos os trabalhos publicados eletronicamente poderão posteriormente ser publicados em coletâneas impressas sob coordenação da **Sustenere Publishing**, da Companhia Brasileira de Produção Científica e seus parceiros autorizados. Os (as) autores (as) preservam os direitos autorais, mas não têm permissão para a publicação da contribuição em outro meio, impresso ou digital, em português ou em tradução.